

Apresentação

Maria Tereza Sadek (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SADEK, MT., org. *O judiciário em debate* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Apresentação. pp. 1-2. ISBN: 978-85-7982-034-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

APRESENTAÇÃO

Quem são e o que pensam os magistrados? Como encaram as inevitáveis implicações sociais e políticas de sua missão básica – a aplicação do Direito? Como reagem às críticas que vêm sendo feitas à sua atuação? É adequada a presente organização judiciária do país, ou existe necessidade de mudanças? Que pensam sobre estas questões os demais integrantes do sistema de justiça – promotores, advogados, delegados – e as organizações da sociedade civil?

O Judiciário praticamente não tem sido estudado pelos cientistas sociais brasileiros. Não há uma tradição de pesquisa, nem uma literatura que possa servir de base a cursos universitários, nem uma massa crítica de especialistas aptos a intervir no debate público. O que há, realmente, é uma enorme lacuna. Foi com o objetivo de preenchê-la que o IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo – deu início a um amplo programa de trabalho sobre o Judiciário. A presente publicação e a pesquisa em que se baseia são os primeiros resultados desse esforço.

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 1993 por uma equipe coordenada por Maria Tereza Sadek e integrada por Rogério Bastos Arantes, Maria da Glória Bonelli, Gessé Marques Jr. e Fábio José Kerche Nunes. Foram entrevistados cerca de 20% dos juizes em cinco estados – São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás e Pernambuco – e mais 41 da Justiça Federal, totalizando 570 entrevistas, observando-se rigorosa proporcionalidade em relação à distribuição dos mesmos entre as instâncias e entrâncias existentes em cada estado. A escolha daqueles cinco estados teve como objetivo representar a diversidade regional do país e eventuais singularidades na composição ou na atuação da magistratura.

O questionário utilizado na pesquisa, com 25 perguntas, focaliza a chamada “crise do judiciário” sob três ângulos principais: o institucional, o estrutural e o relativo aos procedimentos. O ângulo *institucional* refere-se à posição do Judiciário na organização tripartite dos poderes, com os dilemas daí decorrentes; o *estrutural* diz respeito a sua organização e hierarquia interna; o *processual* indica os efeitos e dificuldades que podem decorrer das próprias etapas e garantias especificadas em lei. A pesquisa procurou também captar a inclinação doutrinária (ou ideológica) dos entrevistados frente à tensão sempre presente entre o Direito positivo e o sentimento pessoal de justiça.

**Distribuição dos juizes da Justiça Comum e dos entrevistados entre os 5 estados
(números absolutos)**

Estados	Juízes (*)	Entrevistados
Goiás	170	36
Pernambuco	308	75
Paraná	318	48
Rio Grande do Sul	387	73
São Paulo	1520	297

(*) *Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário, agosto de 1992*

Os resultados da pesquisa foram submetidos a amplo debate em abril de 1994, do qual participaram estudiosos, representantes da sociedade civil e integrantes do próprio sistema de justiça. Este volume reproduz integralmente as exposições e as intervenções do plenário.

Mais que em outras áreas da ciência social, um programa de estudos como este depende da colaboração da magistratura, dos profissionais a ela ligados e de pesquisadores acadêmicos. Não existe no Brasil, como dissemos, uma tradição de pesquisa a respeito do Judiciário. Muitos magistrados têm dúvidas sobre a conveniência de se exporem ao debate público, mesmo sob a forma impessoal de quadros estatísticos. Neste sentido, cumpre-nos consignar aqui o nosso agradecimento a todos os entrevistados, aos participantes do seminário e à Fundação Ford, e nosso desejo de que esta publicação contribua de alguma forma para o aperfeiçoamento da Justiça em nosso país.

Maria Tereza Sadek